

Resistência como práxis de inclusão social.

NOBRE, T.L.^a

A. Doutora em Psicologia clínica pela PUC-SP. Docente e supervisora de
estágios na UNISANTOS.

Resumo

O objetivo deste texto é o de realizar uma articulação entre o conceito de resistência, a partir da teoria psicanalítica e o movimento de ação que transforma a realidade para a inclusão social. Para isso, acredito ser importante a utilização de um pensamento acerca dos movimentos psicológicos que compõem a cultura ocidental na atualidade e o modo como tem se pensado como tarefa e função de cada um no exercício da cidadania e entendimento do outro em sociedade. Também, pretende-se discutir, contextualizando o cenário atual, a sociedade em rede e o papel da resistência que pode partir do âmbito individual e se expandir para a subjetividade coletiva.

PALAVRAS-CHAVE: Resistência, Psicanálise, Inclusão, Social.

Abstract

The aim of this paper is to articulate the concept of resistance, based on psychoanalytic theory and the action movement that transforms reality for social inclusion. For this, I believe it is important to use a thought about the psychological movements that make up Western culture today and the way it has been thought as a task and function of each in the exercise of citizenship and understanding of the other in society. Also, it is intended to discuss, contextualizing the current scenario, the network society and the role of resistance that can start from the individual level and expand to collective subjectivity.

KEYWORDS: Resistance, Psychoanalysis, Social, Inclusion.

Antes de iniciarmos a discussão sobre o tema, acredito ser importante ressaltar que o vocábulo resistência advém do latim *resistentia*, que de acordo com o “Grande dicionário Larousse” (1999, p. 786) tem diversos significados, dentre eles: “força que se opõe a outra, que não cede a outra; força que anula os efeitos de uma ação destruidora; oposição, reação, recusa de submissão à vontade de outrem.” Nesse sentido, pode-se pensar a resistência como uma ação, um movimento diante daquilo que pode ser detectado como destrutivo, como perturbador da ordem antes estabelecida.

Dessa forma, em Psicanálise, Freud utilizou-se bastante do conceito para compreender e ampliar suas proposições acerca do trabalho com seus pacientes. De acordo com suas postulações, o método psicanalítico consistiria em um método de tratamento do sofrimento psíquico humano e uma atividade em que se busca a compreensão de si mesmo com vistas ao estabelecimento do bem-estar. O psicoterapeuta, assim, teria a função de ajudar o indivíduo a entrar em contato com sentimentos e fatos que possam ter deixado marcas psíquicas doloridas.

Por isso, no início de sua obra, o mestre vienense percebeu a existência da resistência e sua função no sentido de impedir que o sujeito entrasse em contato com seus aspectos inconscientes. A fase inicial de sua obra, conhecida como primeira tópica, foi marcada pela compreensão de que o objetivo primordial do tratamento psicanalítico consistiria em tornar consciente o material inconsciente e isso somente seria possível se o analista pudesse auxiliar ao paciente na tarefa de confrontação com sua resistência.

Porém, ao longo de seus estudos, Freud percebeu, principalmente quando foi levado a construir um segundo momento de sua teoria, concebida como segunda tópica,

que somente a percepção da presença da resistência pelo sujeito em análise, bem como do movimento de trazer para o consciente o material inconsciente não eram suficientes para o sucesso do tratamento psicanalítico, havia que se compreender a função do movimento da resistência para os conteúdos desse sujeito.

Um pouco anterior a isso, ainda na primeira tópica de sua teoria, Em “Recordar, repetir, elaborar” (1914), escreve que a resistência aparece em situações difíceis de serem recordadas, em que o paciente, diante da dor de entrar em contato com seu sofrimento (por meio da recordação), pode preferir continuar sofrendo, resistindo, a refazer o caminho da dor. Assim, quanto maior a resistência, mais a repetição se substituirá à lembrança, necessitando de um trabalho a fundo, de um trabalho que possibilite a integração, o entendimento dos significados dos conteúdos, para que o paciente reconheça essa resistência que ele ignorava e o fazia ignorar os conteúdos mais dolorosos de serem trabalhados.

Em um ensaio posterior, nas Conferências introdutórias sobre Psicanálise, Freud escreve em “Resistência e recalçamento” (1916-7) que algumas das formas do aparecimento da resistência na análise reside na dificuldade de lembrar fatos e conteúdos, na impossibilidade do paciente realizar livre-associação, bem como na evitação de pensar acerca da causalidade dos fatos vividos por ele. A resistência não permite o aprofundamento, uma vez que esse pode ser visto como terrorífico e ameaçador da ordem já conhecida.

Com a proposição da segunda tópica, em 1923 e a segunda teoria da angústia, em 1926, Freud concebe a resistência em termos de instâncias psíquicas, sendo ela diferenciada de acordo com o id, ego ou superego. O

conceito, dentre outros aspectos, passa a apresentar uma nova função de utilidade, uma vez que essa entra em cena com a incumbência de manter a mente em funcionamento quando o risco de desorganização pode ser detectado. Isso é, teria na resistência uma função protetiva quanto aos riscos internos e externos dos perigos detectados. O risco da desorganização e do sofrimento intenso estariam na pauta que rege a existência desse movimento.

Por outro lado, se essa força psíquica pode ser útil para proteger o sujeito de possíveis ataques, também, quando utilizada em excesso pode impedir que se acessem os aspectos mais profundos e que o sujeito tome contato com suas verdades. Quanto maior a presença da força de resistência, maior a probabilidade de uma transferência psicótica, maior o risco detectado da desorganização mental ou, como pode ser colocado em outras palavras: quanto mais uso o sujeito faz da resistência, maior a presença do medo de enfrentamento dos conteúdos psíquicos em si mesmo.

Como Freud convida durante o percurso de construção de sua obra, também podemos ampliar o pensamento a respeito da resistência ao âmbito social, para além da compreensão no espaço da relação entre paciente e terapeuta. Sendo assim, a resistência pode ser pensada como um movimento contido na subjetividade de cada indivíduo bem como, pensando mais amplamente, na mentalidade grupal. Dessa forma, uma vez que o movimento de oposição pode aparecer no sentido da busca pela preservação do psiquismo de cada sujeito e da identidade do grupo ou mesmo de preservação da dor, também pode-se pensar no movimento secundário que a resistência pode vir a ocasionar.

Esse movimento secundário refere-se ao estabelecimento da resistência como um movimento inicial que pode levar os grupos a movimentação em torno de mudanças consideradas significativas. É interessante, nesse ponto, destacar que a junção de pessoas no mesmo território levaria a construção de um sentimento grupal, com estabelecimento de sentimentos que levam ao envolvimento.

Freud, em “Psicologia de grupo e análise do ego” (1921) propõe que o sentimento de rivalidade inicial pelo diferente pode se transformar, quando o sujeito estiver em grupo, como espírito de grupo, isso é, com um sentimento de proteção ao que o sujeito considera como igual a ele e destinação da hostilidade ao diferente.

Em uma proporção maior isso também pode acontecer, ou seja, pode-se buscar proteger o território e as pessoas que conferem identidade ao sujeito e hostilizar, rechaçar o que se entenda por diferente. Eis a justificativa, nesse sentido, para as ações de resistência diante da percepção da diferença. Desde os primórdios das sociedades civilizadas e até anteriormente a isso, desde que o homem primitivo começou a se organizar em clãs, procura encontrar pontos de apoio em quem reconhece como semelhante (como uma espécie de amparo e apoio ao ego) e rejeita, utilizando-se da resistência ao que pode ser diferente. Temos medo do estrangeiro, por exemplo, porque ele pode querer tomar nosso território. Lembremos, por exemplo, da resistência dos índios às invasões portuguesas e europeias aqui no Brasil.

Tudo o que impõe diferença aos costumes, ao estilo de vida e ao pensamento, pressupõe, de acordo com Bion (1975), um sentimento inicial de resistência. É o que ele conceituou como “tendência à tradição”. Assim, a

resistência surge como um mecanismo de proteção diante daquilo que ameaça a tradição e, portanto, a cultura do grupo, abalaria a base do grupo. Pode-se dizer, também, que quanto mais inseguro o grupo estiver de suas bases culturais mais pode se apegar as tradições, temendo a diferença, odiando o objeto que se inclui como estrangeiro e, portanto, fazendo uso do mecanismo de resistência.

Pensando também, mais amplamente, pode-se compreender, por exemplo, que na passagem da idade média para a era moderna, o poder soberano perde força e, de acordo com Foucault, o poder disciplinar passa a ser estruturado. Sendo assim, as práticas disciplinares estariam na pauta do modo de lidar com os impulsos e com a sexualidade. O sujeito disciplinado é o sujeito, em tese, adaptado às regras, um sujeito que terá que encontrar um jeito para encontrar satisfação na vida, de acordo com o que tem acesso.

A resistência surge para proteger o sujeito e/ou o grupo, por isso, também se trata, "...sobretudo, de mais uma força que a movimenta, também força de afirmação de si" (CANAVÊZ, 2015, p. 230). Neste sentido, a resistência não teria apenas a função de manutenção da cultura do grupo internalizada no sujeito, mas para além disso: uma vez que ela se manifesta no sujeito permite a afirmação de um Eu identificado com a cultura do grupo.

Sendo assim, temos dois aspectos a considerar, que podemos trazer em cenários: pensemos no país A que pretende invadir o território de B. Os movimentos de resistência de A são explicados pelo sentido da proteção de sua cultura, de sua história, de seu modo de vida, de sua soberania e poder. Nesses sentimentos são contidos um reconhecimento de tal como um país, como uma terra digna de ser defendida, de ser amada. Por um outro lado, o

movimento de resistência à invasão empreendida pelo país B pode impedir que se possa pensar em negociações entre países para que não seja necessária a invasão, mas o intercâmbio, por exemplo. Pode-se perceber, com a atividade de negociação, que o país B estaria interessado em uma matéria prima produzida no território A, sendo assim, pode-se negociar o fornecimento e o enriquecimento, por meio da aprendizagem de ambos. Ressalto que esse pode ser um exemplo de que o intercâmbio é possível, entretanto, há casos em que o invasor ignora a possibilidade de intercâmbio ou preservação da cultura do invadido, interessando-se pela destruição da cultura do invadido.

Freud propõe o conceito de “narcisismo das pequenas diferenças” (1917) a fim de pensar na tendência dos grupos se unirem buscando encontrar os aspectos de igualdade que alimentam o narcisismo entre seus membros. Sendo assim, quanto mais o grupo se torna coeso e fechado – derivado de uma necessidade individual de se isolar para se constituir como ser singular e autônomo – mais se alimentariam os sentimentos de estranheza e hostilidade voltados aos outros. Quanto mais o grupo se isola, maior tendência, de acordo com Freud, ao uso da resistência como movimento defensivo. Nas palavras do mestre vienense tem-se que tal movimento fundaria a “(..) hostilidade que em cada relação humana observamos lutar vitoriosamente contra os sentimentos de companheirismo e sobrepujar o mandamento de que todos os homens devem amar ao seu próximo” (FREUD, 1917, p. 206-7).

Assim, a hostilidade diante daquele reconhecido como diferente se sobrepõe à aceitação da diferença, sem que se possibilite a resistência paralisadora e hostil. Em “O mal-estar na civilização” (1929) Freud retoma o

pensamento sobre o conceito de narcisismo das pequenas diferenças discutindo a respeito da agressividade fundamental que os homens voltam a aqueles que compreendem não fazerem parte de seu grupo. Isso corresponderia a uma forma mais aceita de escoamento da agressividade, já que o não pertencente ao grupo seria um intruso e diante disso, não poderia haver qualquer aliança possível de lealdade com ele, ao passo que o sentimento de pertencimento e coesão com o grupo que o sujeito sente fazer parte se ampliaria.

Essa forma de escoar a agressividade propiciaria o surgimento de guerras e batalhas entre povos e grupos distintos, além de perseguição ideológica, política e religiosa. Freud (1929) sintetiza esse movimento com a seguinte percepção: “o homem civilizado trocou uma parcela de suas possibilidades de felicidade por uma parcela de segurança” (p. 119).

E essa segurança pode ser reconhecida em igualdade em mínimas situações. Pode-se, por exemplo citar como modelo para essa discussão a rivalidade, muitas vezes mortífera das torcidas de futebol. Se observarmos mais atentamente, os torcedores pertencentes aos grupos, podemos perceber que se identificam em faixa etária, gênero, posição social, escolaridade, vestuário, trabalho, interesses culturais, entre outros aspectos, porém, há uma mínima diferença que se torna aumentada diante de uma competição esportiva: a representação do time rival. O sujeito torcedor do outro time encarnaria a própria representação da diferença e, portanto, pode ser alvo do direcionamento de toda a hostilidade possível, chegando em casos extremos à intenção de que se mate concretamente esse diferente.

Pode-se ampliar esse exemplo a todas as mínimas diferenças presentes nos grupos e podemos refletir com segurança que quanto maior hostilidade circular entre os integrantes do grupo, maior a tendência a direcioná-la ao portador da diferença.

Nesse sentido, pode-se pensar que em todos os grupos, sejam eles maiores ou menores, o critério da grande ou pequena diferença é o mais importante para a inclusão ou exclusão. A lógica seria mais ou menos assim: o que acredito não aceitável em mim pode ser depositado no outro e é melhor que esse outro que carrega o que não aceito em mim fique bem longe para não me confrontar com aquilo que não quero entrar em contato. Eis a relação da resistência com a exclusão. Resisto pensar sobre aquele que pode trazer desorganização, pode atrapalhar a tradição do meu grupo. É importante ressaltar que seríamos ingênuos também em pensar que os grupos ou sujeitos que carregam a projeção da exclusão em si mesmos também não o fazem com os outros. O que pode ocorrer é que a exclusão pode levar o sujeito também a se identificar com essa imagem, o que dificulta ainda mais a transformação para um lugar de inclusão.

As estratégias de inclusão passariam, assim a priori, pelo fortalecimento do “espírito de grupo”, conforme o conceito de Bion (1975) para que assim as verdades possam ser buscadas sem o terrorismo da desorganização. Bion (1975) propõe no tratamento psicanalítico a busca pelo amor as verdades, ou seja, um exercício de ligação e uma espécie de desligamento, cada vez maior, dos ataques às ligações.

A práxis, noção fundamental proposta por Aristóteles e aprofundada por Karl Marx (1867), pressupõe a transformação da natureza por meio da ação. De acordo

com a dialética marxista a práxis se relaciona a construção de instrumentos de ação que levem à transformação de estruturas sociais e somente tem sentido quando as atitudes dos homens levam a essa transformação da natureza. É uma atividade prático-crítica, consciente às pessoas.

Nesse sentido, pensando que a resistência seja um movimento provocador de duas saídas para a relação com o outro: de barragem, ou intercâmbio, que levaria à exclusão ou inclusão, é possível compreender a práxis como construção de instrumento de ações para a inclusão. Contextualizando o período atual da organização das sociedades ocidentais pós modernas como fundamentalmente em rede, conforme propõe alguns filósofos e sociólogos como Levy, Castells, Chomsky, Lipovetsky, entre outros, é possível propor que a concepção de uma sociedade em rede pode vir a propiciar uma abertura maior para a percepção da diferença e do apoio entre integrantes. Em outras palavras, a práxis para a atualidade em inclusão social residiria no aproveitamento do movimento de resistência que propiciaria não o manutenção do recalçamento da diferença, mas sim o fortalecimento da rede de integração.

Castells, em seu livro “Redes de indignação e esperança” (2017) traz um importante entendimento sobre o que poderia ser proposto como ação para transformação: o sentimento de pertencimento de uma sociedade em rede em que o sentimento de fraternidade se sobreponha à exclusão da diferença. A percepção de uma sociedade em rede traria a possibilidade de um entrelaçamento dos sujeitos em uma cultura global que permitiria a indignação coletiva facilitaria o sentimento de esperança, fortalecendo a característica que Bion denominou como “fé” no grupo,

essencial para o funcionamento do mesmo. Com o fortalecimento das redes, a resistência surgiria como um movimento de afirmação do próprio Eu do sujeito, e disso, espera-se que o sujeito e o grupo encontrem reconhecimento desse Eu (individual e grupal) para que se possa viver a inclusão. O modelo da teia, produzida pelas aranhas a fim de garantir seu sustento alimentar, sua proteção e sua reprodução podem ser bem correlacionadas ao que se propõe nas estratégias práticas de inclusão. A utilização da rede, como estratégia de fortalecimento entre os grupos, em que os fios são constituídos por sujeitos levariam ao fortalecimento dos laços sociais, do exercício da aceitação das diferenças e possibilidade de discussão e aprofundamento das possibilidades de amparo e operação das transformações.

Referências

- BION**, W.R. Experiências com grupos. 2^a. Ed. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- BLOK**, A. O Narcisismo das Pequenas Diferenças. *Interseções*. Rio de Janeiro, v. 18 n. 2, p. 273-306, dez. 2016.
- CASTELLS**, M. A sociedade em rede. 17^a.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- _____. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. 2^a.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- CANAVEZ**, Fernanda. Entre Freud e Foucault: a resistência como afirmação de si. *Psicologia clínica*. Rio de Janeiro, v. 27, n.1, p. 225-244, 2015.
- CIVITA**, V. Grande dicionário Larousse da língua portuguesa. São Paulo: Nova Cultural, 1992.
- FREUD**, S. (1917). O tabu da virgindade (contribuições à psicologia do amor III). Vol XI. ESB. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1921) Psicologia de grupo e a análise do ego. Vol XVIII. ESB. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

ISBN 978-65-991619-0-2

_____. (1929) O Mal estar na civilização. Obras completas, vol. 18, São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MARX, K. O capital – livro 1. São Paulo: Civilização brasileira, 2008.

SAMPAIO, J. R. A "Dinâmica de Grupos" de Bion e as Organizações de Trabalho. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 277-291, 2002.